

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2020
ERRATA 05

A Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP - da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Municipal PMI nº 65 de 30 de abril de 2008, torna pública a Errata 05 ao edital PMI/CERSP/CP Nº 01/2020.

Edital de abertura

Onde se lê:

6.2. Realização das Provas

6.2.1. As provas escritas serão realizadas no dia **12 de setembro, às 9h para os cargos de nível superior e às 14h para os cargos de nível médio e fundamental. Todas terão a duração de 3 horas.**

6.2.2. O local da realização das provas constará do cartão de confirmação de inscrição a ser acessado, a partir de 05/08/2020, via Internet no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato* ou no link *Documentação do Concurso*.

Leia-se:

6.3. Realização das Provas

6.2.1. As provas escritas serão realizadas no dia **12 de setembro, às 9h para os cargos de nível superior e às 14h para os cargos de nível médio e fundamental. Todas terão a duração de 3 horas.**

6.2.2. O local da realização das provas constará do cartão de confirmação de inscrição a ser acessado, a partir de 20/08/2020, via Internet no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato* ou no link *Documentação do Concurso*.

Anexo III

Onde se lê:

ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL

1. A importância da água, do solo e do ar como componentes dos ecossistemas na natureza. 1.2. Transporte e dispersão de poluentes; princípios dos tratamentos de resíduos gasosos, líquidos e sólidos: mecanismos físicos, químicos e biológicos; fenômeno de autodepuração. 1.3. Processos de controle da poluição. 1.4. Monitoramento ambiental de solo, água e ar. 1.5. Remediação de áreas degradadas. 1.6. Gestão integrada de meio ambiente, saúde e segurança industrial. 2. Legislação Brasileira: 2.1. Constituição Federal. 2.2.1 Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 2.2.2 Título III – Da Organização do Estado. 2.2.3 Título VIII – Da Ordem Social (Capítulo VI Do Meio Ambiente). 2.2. Legislação ambiental (Federal, Estadual e Municipal). 2.3. Constituição Estadual. 2.4. Lei Federal n.º 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente; Lei Federal n.º 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais; Lei Federal no. 9433/97 - Política Nacional de Recursos Hídricos. 2.5. Resoluções CONAMA. 2.6. Portarias Ministério da Saúde (Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011); 2.7. Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651/2012). 2.8. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal Nº 9.795 de 1999) e Decreto Federal Nº 4.281 de 2002; 2.9 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal Nº 9.985 de 2000). 2.10. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010) 2.11 Leis Estaduais - Política Estadual de Recursos Hídricos. 2.12. Marco regulatório do saneamento e suas regulamentações (Lei nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007). 2.13. Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual Nº 13.558 de 2005). 2.14. Lei Orgânica do Município de Balneário Piçarras. 3. Licenciamento Ambiental. 3.1. Instrumentos de controle e licenciamento. 3.2. Sistema de Licenciamento Ambiental. 4. Gestão Administrativa e Ambiental. 4.1. Planejamento, controle, fiscalização e execução de obras; orçamento e composição de custos; levantamento de quantitativos; controle físico/financeiro. 4.2. Acompanhamento e aplicação de recursos; medições; emissão de faturas; controle de

materiais. 4.3. Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria Ambiental. 4.4. Certificação ISO 14.000. 4.5 Instruções Normativas da FUNASA. 5. Instruções normativas da IMA para o licenciamento ambiental. 6. Resoluções do CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) em especial Resolução 98/2017, 99/2017 e nº 117/2017; 7. Lei Complementar 140/2011; 7. Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e Decreto 6.660 (regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006); 9. Lei de Parcelamento do Solo 6.766/1979; 10. Cadastro Ambiental Rural; 11. Lei Nº 12.727, que altera a Lei nº 12.651 (Código Florestal Brasileiro); 12. Código Estadual de Meio Ambiente 14.675/2009 e suas alterações pela 16.342/2014; 12. Decreto 6.514/2008 (Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente).

Leia-se:

ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL

A importância da água, do solo e do ar como componentes dos ecossistemas na natureza. Transporte e dispersão de poluentes; princípios dos tratamentos de resíduos gasosos, líquidos e sólidos: mecanismos físicos, químicos e biológicos; fenômeno de autodepuração. Processos de controle da poluição. Monitoramento ambiental de solo, água e ar. Remediação de áreas degradadas. Gestão integrada de meio ambiente, saúde e segurança industrial. Licenciamento Ambiental. Instrumentos de controle e licenciamento. Sistema de Licenciamento Ambiental. Gestão Administrativa e Ambiental. Planejamento, controle, fiscalização e execução de obras; orçamento e composição de custos; levantamento de quantitativos; controle físico/financeiro. Acompanhamento e aplicação de recursos; medições; emissão de faturas; controle de materiais. Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria Ambiental. Certificação ISO 14.000. **Legislação federal:** Constituição Federal. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Título III – Da Organização do Estado. Título VIII – Da Ordem Social (Capítulo VI Do Meio Ambiente). Lei Federal nº 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente; Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98). Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações (Lei Federal nº 9.433/97). Resoluções CONAMA. Portarias Ministério da Saúde (Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011). Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651/2012) e suas alterações. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal Nº 9.795 de 1999) e Decreto Federal Nº 4.281 de 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal Nº 9.985 de 2000). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010). Estatuto das Cidades (Lei federal 10.257/2001). Marco regulatório do saneamento suas alterações e regulamentações (Lei nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007). Instruções Normativas da FUNASA. Instruções normativas do IMA para o licenciamento ambiental. Lei Complementar 140/2011. Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e Decreto 6.660 (regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006). Lei de Parcelamento do Solo 6.766/1979. Cadastro Ambiental Rural (Lei Nº 12.651/2012). Decreto 6.514/2008 (Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente). **Legislação estadual.** Constituição Estadual. Leis Estaduais - Política Estadual de Recursos Hídricos. Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual Nº 13.558 de 2005). Resoluções do CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) em especial Resolução 98/2017, 99/2017 e nº 117/2017. Código Estadual de Meio Ambiente 14.675/2009 e suas alterações pela Lei nº 16.342/2014; 12. **Legislação municipal.** Lei Orgânica do Município de Imituba.

Permanecem inalterados os demais itens.

Prefeitura Municipal de Imituba, 13 de agosto de 2021.

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal (CERSP)